



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SANTANÓPOLIS - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANÓPOLIS
- BAHIA

Coordenador Pedagógico

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01,
DE 20 DE AGOSTO DE 2025

CÓD: SL-123AG-25
7908433281955

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	9
2. Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados	10
3. Domínio da norma padrão de português contemporâneo.....	10
4. Gêneros e tipologia textual.....	11
5. Estruturação do texto e dos parágrafos	13
6. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais	14
7. Significação contextual de palavras e expressões.....	15
8. Equivalência e transformação de estruturas.....	16
9. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	21
10. Pontuação	24
11. Estrutura e formação de palavras	26
12. Funções das classes de palavras; Classes Gramaticais: (Substantivos; Artigos; Adjetivos; Pronomes; Numerais; Verbos; Advérbios; Preposições; Conjunções e Interjeições); masculino e feminino	27
13. Flexão nominal e verbal; Emprego de tempos e modos verbais	36
14. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	38
15. Concordância nominal e verbal	39
16. Regência nominal e verbal.....	40
17. Ortografia oficial	43
18. Acentuação gráfica.....	45
19. Emprego do sinal indicativo de Crase	47
20. Diminutivo e aumentativo	48
21. Relação sintático-semântica	52
22. Coesão e coerência	53

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Princípio da Regressão ou Reversão	61
2. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa.....	61
3. Lógica matemática qualitativa	66
4. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	69
5. A numeração decimal	71
6. Conjunto dos números naturais: operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais. Conjunto dos números reais. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais.....	72
7. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum.....	84
8. Sistema Métrico Decimal	87
9. Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas	91
10. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional	94
11. Média aritmética simples e ponderada	98
12. Regra de três simples. Regra de três, composta	99
13. Porcentagem, juros simples e montante	100

14. Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração	104
15. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas.....	109
16. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica	110
17. Análise Combinatória.....	123
18. Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares)	126
19. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras	128
20. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes	132
21. Conjuntos: As relações de pertinência; Inclusão e igualdade; Operações entre conjuntos, união, interseção e diferença	136

Conhecimentos Gerais e Legislação Municipal

1. Conhecimentos sobre o Município de Santanópolis: Aspectos históricos e econômicos. Emancipação Política. Administração Municipal. Poder Legislativo. Poder Executivo. Localização. Limites. Recursos Naturais. Clima. Relevo. Vegetação. Ocorrências Minerais. Agricultura. Manifestações Religiosas e Folclóricas	143
2. Conhecimentos sobre o Estado da Bahia: Aspectos históricos e econômicos. Emancipação Política. Administração Estadual. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Localização. Limites. Recursos Naturais. Clima. Relevo. Vegetação. Ocorrências Minerais. Agricultura, Manifestações Religiosas e Folclóricas	145
3. Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município de Santanópolis.....	153
4. Lei Municipal nº 001/2011, que dispõe sobre a Consolidação da Legislação Pessoal do Município de Santanópolis	154
5. Constituição Federal de 1988: dos Municípios (arts. 29-31).....	186
6. Conhecimentos em Informática: Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos (Word), planilhas (Excel), apresentações (PowerPoint). Microsoft Office (versão 2007 e superiores)	188
7. Windows 10.....	200
8. Sistemas operacionais Windows 10 e 11. Atalhos de teclado, ícones, área de trabalho e lixeira.....	200
9. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet, extranet e intranet.....	210
10. Correio eletrônico	213
11. Computação em nuvem.....	215
12. Protocolos	217
13. Hardware	218
14. Programas de navegação	220
15. Malwares	226
16. Atualidades: Nível nacional e internacional.....	228

Conhecimentos Específicos Coordenador Pedagógico

1. Fundamentos da educação.....	233
2. Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica	239
3. Educação e pobreza	242
4. Educação e cidadania.....	243
5. A educação e a diversidade de contextos culturais: pluralismo e diversidade cultural	244
6. Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas no Brasil.....	245

7. Funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica.....	250
8. O pedagogo na escola: concepção e papel do pedagogo na escola	254
9. Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança	257
10. Mecanismos de participação e formas organizativas facilitadoras da integração grupal	264
11. Atuação do pedagogo e sua articulação com os demais profissionais da escola na perspectiva da qualidade da educação	271
12. O conselho escolar: propósitos e funcionamento	274
13. Gestão escolar e participação da família na vida escolar.....	279
14. Organização do trabalho pedagógico na escola pública	287
15. O processo de planejamento: concepção, dimensões, níveis e importância.....	294
16. O planejamento de ensino e seus elementos constitutivos: objetivos, objetos de conhecimento, competências, habilidades, metodologias, técnicas, recursos didáticos e procedimentos, multimídia educativa e avaliação da aprendizagem	298
17. A proposta pedagógica da escola: concepção, princípios, eixos norteadores, construção, acompanhamento e avaliação	300
18. Os planos, projetos e propostas pedagógicas: funções, objetivos e impactos no processo de ensino e de aprendizagem	304
19. O processo de ensino-aprendizagem: concepções e teorias da aprendizagem.....	306
20. A interação pedagógica na sala de aula: o aluno, o professor, os tempos, os espaços e os conteúdos escolares conceituais, procedimentais e atitudinais.....	310
21. Mapeamento e análise de dificuldades, problemas e potencialidades do cotidiano escolar.....	312
22. Comunicação e interação com os professores no planejamento, assessoramento, monitoramento e avaliação do processo pedagógico: técnicas e instrumentos.....	313
23. O plano de ação do pedagogo	317
24. As aprendizagens como foco da ação educativa	318
25. O currículo escolar.; Currículo e construção do conhecimento; o currículo como referência para o desenvolvimento do processo pedagógico; a base nacional comum e a parte diversificada: a organização curricular por áreas de conhecimento	318
26. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e globalização do conhecimento	323
27. O acesso à educação, a permanência no processo educativo e a qualidade dos resultados escolares.....	324
28. Educação inclusiva: política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva	325
29. Constituição federal: art. 205 Ao 214	331
30. Lei de diretrizes e bases da educação nacional	334
31. Política nacional da educação especial	353
32. Plano nacional da educação (pne)	354
33. Estatuto da criança do adolescente	356
34. Lei geral de proteção de dados.....	395
35. Decreto nº 7.611/2011	408

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

ESTABELECEER RELAÇÕES ENTRE SEQUÊNCIA DE FATOS ILUSTRADOS

Compreender um texto ou uma narrativa visual exige identificar como os acontecimentos e descrições se organizam. Ao observar uma sequência de fatos ilustrados, é possível estabelecer relações de ordem temporal e espacial, que orientam a compreensão do leitor. A sequência temporal mostra a progressão dos eventos no tempo, enquanto a sequência espacial organiza a disposição dos elementos no espaço. Essas formas de organização são fundamentais para garantir clareza, coesão e facilitar a interpretação, seja em histórias, descrições ou relatos.

SEQUÊNCIA TEMPORAL

A sequência temporal organiza as informações de acordo com a ordem em que os eventos ocorrem no tempo. Essa organização cronológica é importante para narrativas e relatos históricos, ajudando o leitor a entender a progressão dos acontecimentos.

Indicadores temporais como “primeiro”, “em seguida”, “então”, “finalmente” ou datas específicas ajudam a estabelecer essa sequência e guiam o leitor através da linha do tempo do texto. A coerência temporal é essencial para a clareza narrativa e para evitar confusões sobre a ordem dos fatos.

Exemplo:

Sequência temporal: “Em 1888, o Brasil aboliu a escravidão. Dois anos depois, foi proclamada a República.”

SEQUÊNCIA ESPACIAL

A sequência espacial organiza as descrições de acordo com a localização dos elementos no espaço. Ela é comum em textos que envolvem descrições de ambientes, objetos ou pessoas. Nessa organização, o autor pode descrever de cima para baixo, da esquerda para a direita ou de outra forma que ajude o leitor a visualizar o cenário.

Essa técnica é útil em descrições detalhadas, permitindo que o leitor construa mentalmente uma imagem clara do que está sendo descrito. Termos como “ao lado”, “acima”, “à direita” ou “próximo de” são usados para estabelecer relações espaciais.

Exemplo:

Sequência espacial: “No canto da sala, havia uma poltrona vermelha. Ao lado dela, uma pequena mesa de vidro.”

DOMÍNIO DA NORMA PADRÃO DE PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

A Linguagem Culta ou Padrão

É aquela ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. É aplicada pelas pessoas instruídas das diferentes classes sociais e caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Tem o uso comum na linguagem escrita e literária, reflete o prestígio social e cultural. Além disso, é mais artificial, mais estável, e menos sujeita a variações. Entretanto, está presente nas aulas, conferências, sermões, discursos políticos, comunicações científicas, noticiários de TV, programas culturais etc.

Ouvindo e lendo é que você aprenderá a falar e a escrever bem. Procure ler muito, ler bons autores, para redigir bem.

A aprendizagem da língua inicia-se em casa, no contexto familiar, que é o primeiro círculo social para uma criança. A criança imita o que ouve e aprende, aos poucos, o vocabulário e as leis combinatórias da língua.

Um falante ao entrar em contato com outras pessoas em diferentes ambientes sociais como a rua, a escola e etc., começa a perceber que nem todos falam da mesma forma. Há pessoas que falam de forma diferente por pertencerem a outras cidades ou regiões do país, ou por fazerem parte de outro grupo ou classe social. Essas diferenças no uso da língua constituem as variedades linguísticas.

Certas palavras e construções que empregamos acabam denunciando quem somos socialmente, ou seja, em que região do país nascemos, qual nosso nível social e escolar, nossa formação e, às vezes, até nossos valores, círculo de amizades e hobbies. O uso da língua também pode informar nossa timidez, sobre nossa capacidade de nos adaptarmos às situações novas e nossa insegurança.

A norma culta é a variedade linguística ensinada nas escolas, contida na maior parte dos livros, registros escritos, nas mídias televisivas, entre outros. Como variantes da norma padrão aparecem: a linguagem regional, a gíria, a linguagem específica de grupos ou profissões.

O ensino da língua culta na escola não tem a finalidade de condenar ou eliminar a língua que falamos em nossa família ou em nossa comunidade. O domínio da língua culta, somado ao domínio de outras variedades linguísticas, torna-nos mais preparados para comunicarmos nos diferentes contextos lingüísticos, já que a linguagem utilizada em reuniões de trabalho não deve ser a mesma utilizada em uma reunião de amigos no final de semana.

Portanto, saber usar bem uma língua equivale a saber empregá-la de modo adequado às mais diferentes situações sociais de que participamos.

A norma culta é responsável por representar as práticas linguísticas embasadas nos modelos de uso encontrados em textos formais. É o modelo que deve ser utilizado na escrita, sobretudo nos textos não literários, pois segue rigidamente as regras gramaticais. A norma culta conta com maior prestígio social e normalmente é associada ao nível cultural do falante: quanto maior a escolarização, maior a adequação com a língua padrão.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

– **Soma** – a regressão é feita pela **subtração**.

– **Subtração** – a regressão é feita pela **soma**.

– **Multiplicação** – a regressão é feita pela **divisão**.

– **Divisão** – a regressão é feita pela **multiplicação**

Exemplo:

1. SENAI

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

A 1ª aplicação resultou em B e era 4A: $B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$

A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: $A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$

$$-X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

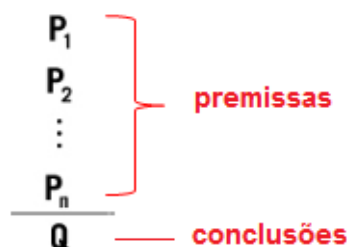
Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.

LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como $P_1, P_2, \dots, P_n$, conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição Q, que é chamada de conclusão do argumento.



Exemplo:

P1: Todos os cientistas são loucos.

P2: Martiniano é louco.

Q: Martiniano é um cientista.

O exemplo fornecido pode ser denominado de Silogismo, que é um argumento formado por duas premissas e uma conclusão.

Quando se trata de argumentos lógicos, nosso interesse reside em determinar se eles são válidos ou inválidos. Portanto, vamos entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

Argumentos Válidos

Um argumento é considerado válido, ou legítimo, quando a conclusão decorre necessariamente das propostas apresentadas.

Exemplo de silogismo:

P1: Todos os homens são pássaros.

P2: Nenhum pássaro é animal.

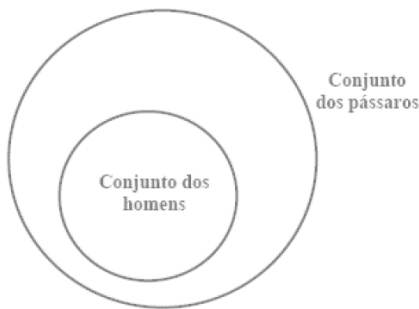
C: Logo, nenhum homem é animal.

Este exemplo demonstra um argumento logicamente estruturado e, por isso, válido. Entretanto, isso não implica na verdade das premissas ou da conclusão.

Importante enfatizar que a classificação de avaliação de um argumento é a sua estrutura lógica, e não o teor de suas propostas ou conclusões. Se a estrutura for formulada corretamente, o argumento é considerado válido, independentemente da veracidade das propostas ou das conclusões.

Como determinar se um argumento é válido?

A validade de um argumento pode ser verificada por meio de diagramas de Venn, uma ferramenta extremamente útil para essa finalidade, frequentemente usada para analisar a lógica de argumentos. Vamos ilustrar esse método com o exemplo mencionado acima. Ao afirmar na afirmação P1 que “todos os homens são pássaros”, podemos representar esta afirmação da seguinte forma:



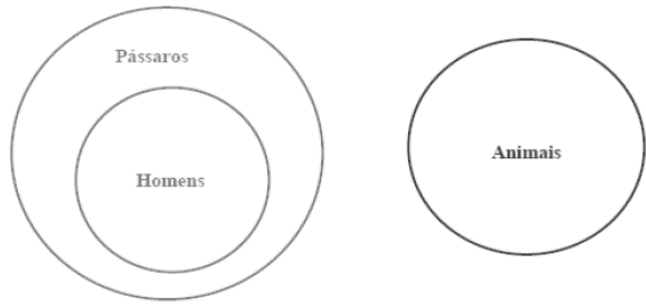
Note-se que todos os elementos do conjunto menor (homens) estão contidos no conjunto maior (pássaros), diminuindo que todos os elementos do primeiro grupo pertencem também ao segundo. Esta é a forma padrão de representar graficamente a afirmação “Todo A é B”: dois círculos, com o menor dentro do maior, onde o círculo menor representa o grupo classificado após a expressão “Todo”.

Quanto à afirmação “Nenhum pássaro é animal”, a palavra-chave aqui é “Nenhum”, que transmite a ideia de completa separação entre os dois conjuntos incluídos.



A representação gráfica da afirmação “Nenhum A é B” sempre consistirá em dois conjuntos distintos, sem sobreposição alguma entre eles.

Ao combinar as representações gráficas das duas indicações mencionadas acima e analisá-las, obteremos:



Ao analisar a conclusão de nosso argumento, que afirma “Nenhum homem é animal”, e compará-la com as representações gráficas das metas, questionamos: essa conclusão decorre logicamente das metas? Definitivamente, sim!

Percebemos que o conjunto dos homens está completamente separado do conjunto dos animais, diminuindo uma dissociação total entre os dois. Portanto, concluímos que este argumento é válido.

Argumentos Inválidos

Um argumento é considerado inválido, também chamado de ilegítimo, mal formulado, falacioso ou sofisma, quando as propostas apresentadas não são capazes de garantir a verdade da conclusão.

Por exemplo:

P1: Todas as crianças gostam de chocolate.

P2: Patrícia não é criança.

C: Logo, Patrícia não gosta de chocolate.

Este exemplo ilustra um argumento inválido ou falacioso, pois as premissas não estabelecem de maneira conclusiva a veracidade da conclusão. É possível que Patrícia aprecie chocolate, mesmo não sendo criança, uma vez que a proposta inicial não limite o gosto por chocolate exclusivamente para crianças.

Para demonstrar a invalidez do argumento supracitado, utilizaremos diagramas de conjuntos, tal como foi feito para provar a validade de um argumento válido. Iniciaremos com as primeiras metas: “Todas as crianças gostam de chocolate”.



Examinemos a segunda premissa: “Patrícia não é criança”. Para obrigar, precisamos referenciar o diagrama criado a partir da primeira localização e determinar a localização possível de Patrícia, levando em consideração o que a segunda localização estabelece.

CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE SANTANÓPOLIS: ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS. EMANCIPAÇÃO POLÍTICA. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. PODER LEGISLATIVO. PODER EXECUTIVO. LOCALIZAÇÃO. LIMITES. RECURSOS NATURAIS. CLIMA. RELEVO. VEGETAÇÃO. OCORRÊNCIAS MINERAIS. AGRICULTURA. MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS

ORIGEM

Santanópolis surgiu em meados do Séc. XVI, com a exploração e o desbravamento da região, a qual fazia parte da Sesmaria de Garcia d'Ávila. A partir de 1673, João Peixoto Viegas incorporou terras e campos, em busca de ouro e pedras preciosas, além de caça aos aborígenes, da tribo dos índios Paiaias, sendo eles os primeiros habitantes, oriundos da região da Chapada Diamantina, que vinham acompanhando as margens do Rio Paraguaçu. Os índios viviam da caça e da pesca e foram dizimados no Séc. XVII.

Por volta de 1730, chegou na região o colonizador português, Joaquim Gomes da Silva, trazendo com ele, sua família e escravos africanos, para trabalharem na lavoura e na criação de gado, tomando posse de um pedaço de terra, que denominou de Fazenda Sobrado.

Joaquim Gomes teve quatro filhos: Francelina, Paula, Maria e André Gomes. Após sua morte, as terras se desmembraram nas fazendas Alto das Pombas e Queimada da Onça, que pertenceu a João Fernandes de Almeida e Baixa da Jia, que foi de propriedade de Tibúrcio Fernandes de Oliveira.

Com o passar do tempo, a região foi povoada por outras famílias: Fernandes, Campos, Cerqueira, Estrela, Ribeiro, Brito, Oliveira, Nepomuceno, Machado, Barbosa, Almeida, onde formaram o povoado denominado de "Quaresma".

No ano de 1910, os fazendeiros, Cel. Manoel Campos, Sabino Brito, Alexandre Cerqueira, José Ribeiro do Desterro "Cazuza" além de outros moradores construíram a igreja, na praça que deu o nome do seu primeiro pároco, o Padre Lúcio Ornelas.

Em torno da igreja, foram construídas as primeiras casas e armazéns. O antigo povoado cresceu e tornou-se distrito do município de Irará, pela Lei Municipal de nº 47, de 08-07-1921, que foi aprovada pela Lei Estadual nº 1563, de 21-07-1922.

Ao se transformar em vila, foi denominado de SANTANÓPOLIS, que significa "Cidade de Santana", por intervenção da Profª. Maria de Lourdes Frutuoso de Araújo, por ser devota de Santana.

O adjetivo gentílico de quem nasce em Santanópolis é SANTANOPOLINENSE.

No dia 13 de julho de 1962, por Decreto lei de nº 2.251/62, de autoria do Deputado Estadual Dr. Clodoaldo Campos de Oliveira e sancionado pelo Governador do Estado da Bahia, Dr. Juracy Montenegro Magalhães, Santanópolis foi transformada em município.

O município foi instalado, no dia 07 de abril de 1963, sendo empossado prefeito, o Sr. João Nery de Cerqueira.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A origem de Santanópolis está profundamente vinculada ao processo de ocupação do sertão baiano. Inicialmente, a região era conhecida como Sant'Ana do Pé de Serra, um povoado pertencente ao município de Irará. Com o passar do tempo e o crescimento econômico e populacional, a localidade conquistou relevância regional.

A emancipação política de Santanópolis ocorreu em 30 de março de 1962, por meio da Lei Estadual nº 1.707, sancionada pela Assembleia Legislativa da Bahia. Desde então, a cidade passou a ter autonomia administrativa, com seus próprios Poder Executivo e Legislativo, podendo gerir seus recursos e legislar sobre temas locais.

A história de Santanópolis também é marcada por manifestações religiosas e culturais, como as festividades dedicadas à padroeira Santa Ana, que fortalecem a identidade comunitária e a coesão social.

LOCALIZAÇÃO

O município de Santanópolis localiza-se na região Nordeste do Estado da Bahia e faz parte da meso-região do Centro Norte Baiano e da micro-região de Feira de Santana. Distante 145 Km de Salvador e 36 Km Feira de Santana.

O acesso à Santanópolis se dá pela BA-504, distante 13 km da BR-116, NO entroncamento de Tanquinho - Posto Trevo.

LIMITES

Santanópolis faz limites com os seguintes municípios.

NORTE: Lamarão;

SUL: Coração de Maria;

LESTE: Água Fria e Irará;

OESTE: Feira de Santana e Santa Bárbara.

DISTRITO, POVOADOS E VILAREJOS

O município possui um distrito: Boa Espera.

Povoados: Alto Alegre, Rodeador e Quilombo;

Comunidades: Abobreira, Alecrim, Bom Sucesso, Cacimba, Campinas, Candéal, Canto Escuro, Jibóia, Jurema de Boa Espera, Jurema dos Milagres, Lagoa Escura, Mocambo, Mucuri, Rio dos Poços, Queimada Grande, Rumo, Saco do Capim, Saco dos Mulatos, Salgado, Serra do Cruzeiro, Sítio, Sítio Ceilão, Sobrado, Tapera Velha e Taperinha.

EXTENÇÃO GEOGRÁFICA

A área territorial do município é de 222,686 km². Possui uma densidade demográfica de 39,14 hab/km². Tendo como coordenadas geográficas 12° 01' 100" de latitude sul e 38° 56' 00" de longitude oeste e 262 m de altitude e o Fuso Horário –UCT-3.

POPULAÇÃO

De acordo com o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2022, o número de habitantes era de 8.716 pessoas e a população estimada em 2025 é de 9.035 pessoas.

CLIMA

O clima é seco a sub-úmido, sujeito a ter prolongadas temporadas de estiagens. O município está inserido no “Polígono das Secas”.

A temperatura média anual é 23.3o e o período de chuva é de abril a junho.

VEGETAÇÃO

A vegetação principal é a caatinga, que é uma planta xerófila, ou seja, possui característica adaptada ao semiárido. Tem ainda o cerrado.

Sua topologia é caracterizada por tabuleiros e planalto costeiro.

As espécies de plantas da região são: mandacaru, ouricurizeiro, lcozeiro, quixabeira, umbuzeiro, cajazeira, cajueiro, umburana, juremeira, juazeiro e outras.

HIDROGRAFIA

A bacia hidrográfica de Santanópolis é composta pelos Rios Pojuca, Salgado e dos Poços e também pelos Riachos Mangabeira, Barqueiro, Salitre, Poço Dantas, Vinagre e Paramirim, além das Lagoas Jenipapo, Patos, Cágados, Grande, Pedras, Escura e Baixa da Jia.

RECURSOS NATURAIS

O município é composto por áreas de vegetação típica do bioma Caatinga, com solos férteis em determinadas regiões, próprios para a agricultura de subsistência e de pequeno porte. O município também possui recursos hídricos provenientes de pequenos rios e córregos que alimentam a agricultura familiar.

RELEVO

O relevo local apresenta predominância de planaltos e depressões suaves, com áreas planas favoráveis à prática da agricultura e à ocupação urbana. Essa topografia também contribui para o escoamento natural das águas.

OCORRÊNCIAS MINERAIS

Embora não seja um polo de mineração, Santanópolis possui potencial para extração de argila e areia, utilizados principalmente na construção civil local. Essas ocorrências são de pequena escala, voltadas para atender demandas regionais.

PREFEITOS

João Nery de Cerqueira – 1963-1966
Eutrópio dos Santos Brito (interino) – 1966
Dário Brito de Oliveira (interventor) – 1966

José Tavares Filho – 1967-1970

Carlos Amado Flores Campos – 1971-1972

José Tavares Filho – 1973-1976

Eduardo Gomes de Brito – 1977-1982

José Tavares Filho – 1983-1988

João Catarino Ribeiro de Cerqueira – 1989-1992

Eduardo Gomes de Brito – 1993

Mário Paulo Fernandes Ribeiro – 1993-1996

Manoel Alves da Silva – 1997-2000

Mário Paulo Fernandes Ribeiro – 2001-2004

Mário Paulo Fernandes Ribeiro – 2005-2008

Juarez Almeida Tavares – 2009-2012

Juarez Alemida Tavares – 2013-2016

José Florin Lima Santos – 2017-2020

Gilson Cerqueira Almeida – 2025-Atual

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: EXECUTIVO E LEGISLATIVO

A estrutura administrativa de Santanópolis segue o modelo constitucional brasileiro, sendo composta pelos Poderes Executivo e Legislativo, ambos com atuação independente e harmônica.

PODER EXECUTIVO

É representado pelo Prefeito Municipal, eleito pelo voto direto da população para mandato de quatro anos. Compete ao prefeito a administração dos recursos públicos, a elaboração de políticas públicas e a execução de obras e serviços essenciais, como saúde, educação, infraestrutura e assistência social. O Executivo é apoiado por secretarias municipais e órgãos vinculados.

PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara de Vereadores, composta por parlamentares também eleitos pelo voto direto. Sua principal função é legislar sobre assuntos de interesse local, aprovar leis, fiscalizar os atos do Executivo e votar o orçamento municipal. As sessões da câmara são públicas e contribuem para a transparência e a participação cidadã.

ECONOMIA, AGRICULTURA E CULTURA POPULAR

AGRICULTURA

A agricultura é uma das principais atividades econômicas de Santanópolis, com destaque para a produção de milho, feijão, mandioca e hortaliças. A agricultura familiar predomina, sendo uma fonte importante de renda para a população rural. Há também pequenas criações de gado, aves e suínos.

ECONOMIA

Além da agricultura, o setor de serviços públicos e o comércio local são pilares da economia. Muitos habitantes também trabalham em municípios vizinhos, como Feira de Santana, devido à sua maior oferta de empregos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS

A religiosidade está profundamente enraizada na cultura santanopolitana. As festas em homenagem à padroeira Santa Ana movimentam o calendário local, reunindo moradores e visitantes. Além disso, o São João e outras festas populares mantêm vivas as tradições nordestinas com música, dança e culinária típica.

Destaque também para grupos de reisado, quadrilhas juninas e manifestações afro-brasileiras, que representam a diversidade cultural e histórica da cidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Coordenador Pedagógico

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia da Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

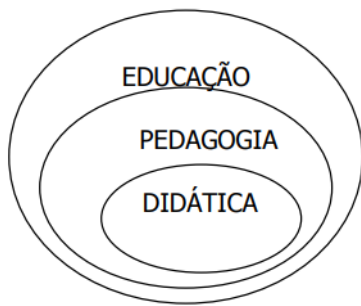
As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando “conceitos humanísticos” que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

■ Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

A interpenetração entre saber e conhecimento é o produto da aprendizagem que realmente interessa ao ser humano, ou seja, um produto de aprendizagem que é sistematizado e trans-